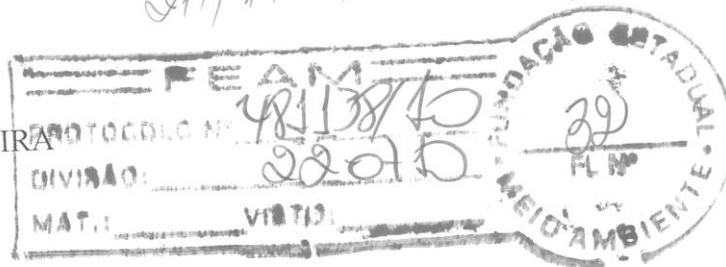


ILMO. SR. JOSÉ CLAUDIO JUNQUEIRA
D.D. PRESIDENTE FEAM



CAFÉ TAMANDARÉ LTDA, estabelecida à Rua Marechal Deodoro nº 232, Centro, na cidade de São João del Rei – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 24.727.570/0002 – 27, por sua representante legal, RAIMUNDA DA FONSECA MORAES, brasileira, viúva, aposentada, portadora do CPF nº 197. 615. 706 - 49, residente e domiciliada na Av. Nossa Senhora do Pilar, nº 275, bairro centro, São João del Rei – MG, vem mui respeitosamente à V. ilustre presença expor e requerer:

A empresa recebeu em data de 10/06/2010, comunicação da Diretoria de Monitoramento e Fiscalização Ambiental, informando que o “Auto de Infração desta empresa foi submetido a julgamento pela FEAM, em 07.06.2010, tendo sido deliberado converter a penalidade de advertência aplicada em 26/04/2006, em multa no valor de R\$2.501,00 (dois mil quinhentos e um reais)”, conforme parecer jurídico.” (xerocópia do ofício nº. 875/2010 em anexo).

No mesmo ofício foi informado que o valor atualizado e a data de vencimento para pagamento se encontravam em DAE anexo, no qual consta como data de vencimento o dia 12/07/2010 e o valor a pagar de R\$4.520,69 (quatro mil, quinhentos e vinte reais e sessenta e nove centavos).

Diante das comunicações recebidas vem a referida empresa requerer, preliminarmente, o cancelamento da referida penalidade, tendo em vista que as irregularidades do Auto de Infração nº. 1493/2004, foram completamente sanadas, tanto que lhe foi concedida AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO (xerocópia em anexo), muito anteriormente à conversão da penalidade de advertência em multa, o que se deu somente em 07/06/2010.

Sendo outro o entendimento de V. Sa. com relação ao pedido de cancelamento da multa estabelecida, requer, com base no Decreto Estadual, nº. 44844/08, art. 48, § 3º, a revisão do valor cobrado de R\$4.520,69, devendo ser cobrado apenas e tão somente o valor inicial de R\$2.501,00 (dois mil quinhentos e um reais) tendo em vista que o vencimento se dará em 12/07/10, não cabendo qualquer tipo de correção monetária ou cobrança de juros, conforme estabelece o citado decreto, in verbis:

FEAM/GAB 887/10
DATA 14/07/2010

Luiza

Art. 48. As multas previstas neste Decreto deverão ser recolhidas no prazo de vinte dias da notificação da decisão administrativa definitiva, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 47 e desde que acatada a proposta de assinatura de Termo de Compromisso.



§ 3º O valor da multa será corrigido monetariamente a partir da data da autuação e, a partir do vencimento incidirão juros de mora de um por cento ao mês.

Nestes Termos a empresa Café Tamandaré Ltda, pede e aguarda deferimento.

SÃO JOÃO DEL REI, 12 de julho de 2010

Raimunda FONSECA ROCHA

CAFÉ TAMANDARÉ LTDA